

As vantagens do caos (I)

“A defesa contra o mundo é o cohecimento da realidade” (John Locke, *Essay concerning the human understanding*).

Helio de Burgo: Cabal *

A atual conjuntura brasileira tem dois países-chave, dos quais se poderia deluzir, em cascata, o desfecho de muitos outros problemas. São eles, a estabilidade monetária e a mobilização da poupança externa, a complementar a interna. Esta, por sua vez, tende a se transformar em investimento, na medida em que for extinto o déficit, principal fator, no momento, da inflação.

O afluxo de poupança externa, entretanto, depende de vários determinantes, como, por exemplo, a taxa interna de lucro, a igualdade de tratamento entre o capital estrangeiro e o nacional, e a estabilidade política e monetária.

No imediato, a condição básica de atração competitiva da poupança externa é a solução da dívida externa. Neste terreno, é importante levar em conta o papel que pode ser desempenhado pela cooperação do governo norte-americano. Ela pode ser instrumental nos seguintes aspectos: a) aplicação flexível do Plano Brady, com eventual garantia paralela do tesouro americano para os títulos da dívida emitidos pelo Banco Central do Brasil; b) influência sobre os bancos credores americanos (que representam 38% da dívida), através de incentivos fiscais e de garantias do tesouro dos EUA; c) liderança, a seu turno, dos bancos americanos sobre o restante do sistema bancário internacional; d) influência no FMI e no Birc, através do voto pendular.

Aceita a premissa da importância deste posicionamento norte-americano, torna-se conveniente passar em revista o relacionamento entre Washington e Brasília. Os antecedentes próximos não são animadores: a deterioração das relações Brasil-EUA não prenunciava atitude positiva de Washington, até a eleição de Collor e sua visita aos Estados Unidos. O discurso reformista e modernizador do presidente eleito, anunciando a abertura da economia brasileira, constitui a novidade aguardada por Washington para o início de um processo de reajuste diplomático. O que teria causado, anteriormente, a deterioração das relações entre os dois países-chave para os seus respectivos contextos regionais?

Essas relações, na verdade, transcorreram muito bem entre o final do século XIX e a recente década de 70: serviram, indubita-

velmente, aos interesses nacionais dos dois países. Os EUA tornaram-se o maior mercado importador do Brasil, e o maior exportador para o Brasil. O saldo nas trocas entre ambos, favorável ao Brasil, representa cerca de 1/3 do superávit da balança comercial brasileira. Tanto direta quanto indiretamente, os Estados Unidos são o nosso maior provedor de tecnologia e de capital, tendo sido o voto decisivo, até agora, na maioria concessão de créditos ao Brasil pelos organismos internacionais.

Este cenário ia modificar-se dramaticamente, a partir de 1970, por razões que variam de acordo com a fonte. Do lado brasileiro, a argüição é de referência ao estilo hegemônico de negociação dos EUA, e a uma inflexibilidade quanto a reivindicações específicas, julgadas essenciais para alguns aspectos do desenvolvimento brasileiro. Essas mesmas reivindicações, no que se refere ao lado americano, seriam contrárias às conveniências nacionais dos EUA.

Brasília optou por afastar-se de Washington, sob a inspiração de uma tática julgada proveitosa no jogo diplomático — a *equidistância pragmática*. A tática não funcionou, e uma progressão aparentemente lógica levou o Brasil a se inserir no bloco do Terceiro Mundo.

Os anos 80 só agravam este quadro: a desorganização crescente da economia brasileira, por erros políticos basicamente internos, a nossa negativa em aderir ao Tratado de Proscrição Nuclear (um instrumento do qual o Brasil pode-se retirar a qualquer momento), um delírio protecionista brasileiro que ia de encontro ao investimento e ao comércio internacionais e, por fim, a deleitação do país no idealismo irrealista do Terceiro Mundo, com a insistência na criação de uma esdrúxula Ordem Econômica Internacional, são fatores que levaram Washington a considerar irrelevantes o Brasil e os membros daquele bloco, e a deixá-los entregues aos seus impasses econômicos, atendendo-os apenas, eventual e individualmente, em função de ocasionais interesses estratégicos.

A visita do presidente eleito aos EUA antecipou de 1995 para 1990 o diálogo pragmático entre Washington e Brasília. Por onde deve começar esse diálogo? Para ser coerente, ele precisa ser global e abrangente — isto é, envolver todas as democracias desenvolvidas que, por um motivo ou por outro (excluída a nossa própria desorganização interna), tomaram distância relativa do Brasil.

* Diplomata aposentado. Primeiro de dois artigos. O segundo será publicado amanhã